

COMISSÃO EXTERNA SOBRE OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS E INACABADAS NO PAÍS

REQUERIMENTO Nº , DE 2023 (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS)

Requer a realização de visita técnica **ESTADO DO PARÁ** para averiguar, in loco, a situação das inacabadas ou paralisadas na região do **Marajó, Estado do Pará**.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência a realização de visita técnica no Estado do Pará, em diversos Municípios da Região do Marajó, para averiguar, in loco, a situação da obras inacabadas e paralisadas.

Serão convidados para visita técnicas conjuntas representantes do Executivo e do Legislativo estadual, além de autoridades do Poder Executivo Federal, tais como a Caixa Econômica Federal, a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como os Ministérios e órgãos responsáveis pelas obras paralisas.

JUSTIFICAÇÃO

A realização de visitas técnicas onde se encontram as obras públicas paralisadas e inacabadas mostra-se necessária em função de vários aspectos.

Primeiramente, os princípios da administração pública, como a legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência, exigem que o poder público atue de forma diligente na execução de suas obras, garantindo a utilização adequada dos recursos públicos e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antônio Doido
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232603957800>



* C D 2 3 2 6 0 3 9 5 7 8 0 0 *

Ademais, além do prejuízo bilionário, o prejuízo social causado pela paralisação e inacabamento das obras públicas é imensurável.

Essas obras são essenciais para o atendimento das necessidades da população, como infraestrutura de transporte, saúde, educação e saneamento básico. A falta de conclusão dessas obras compromete a qualidade de vida da população, gerando transtornos e impactos negativos na rotina das pessoas.

Além disso, como se disse, os prejuízos econômicos também são relevantes. A paralisação e inacabamento de obras públicas representam desperdício de recursos financeiros, uma vez que já foram investidos valores significativos na sua execução. Os recursos públicos utilizados nessas obras são provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos, e a interrupção ou abandono dessas obras representa um mau uso desses recursos, prejudicando a economia como um todo.

Ressalta-se que a visita técnica *in loco* em algumas dessas obras mostra-se relevante, uma vez que permite uma avaliação detalhada da situação, identificação de problemas e busca de soluções adequadas.

A presença dos representantes do poder público nas obras em questão demonstra o compromisso em resolver o problema e evidencia a importância atribuída à conclusão dessas obras.

Entendemos necessária a participação de representantes do Executivo e do Legislativo estadual, além de autoridades do Poder Executivo Federal, tais como a Caixa Econômica Federal, a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme o caso, de modo que possamos, em unidade de propósitos, buscar essa possível junção de esforços em prol desse bem comum e tão relevante para o nosso país: a retomada das obras paralisadas.

Ademais, acreditamos que essa atuação conjunta pode contribuir efetivamente para encontrarmos soluções para os entraves que atrasam ou paralisam tantas obras no Brasil.

Dessa forma, peço aos nobres pares a aprovação desse requerimento.



Sala da Comissão, em **15 de Maio de 2023**.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antônio Doido
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232603957800>



* C D 2 2 3 2 6 0 3 9 5 7 8 0 0 *